

**ACESSIBILIDADE, ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
CONSIDERANDO O PONTO DE VISTA DE PESSOAS CEGAS OU COM BAIXA VISÃO**

**ACCESSIBILITY, ORIENTATION AND MOBILITY: A CASE STUDY CONSIDERING THE VIEW OF
BLIND OR LOW VISION PEOPLE**

Suelen Aparecida Felicetti¹
Angelita Gralak Bernardine²
Zulméia Carteli³
Sandro Aparecido dos Santos⁴

Resumo

Atender as condições de acessibilidade dos espaços públicos é requisito para garantir o cumprimento dos direitos das pessoas cegas ou com baixa visão. Por isso, o objetivo deste trabalho foi analisar por meio de um estudo de caso o que pensam 5 pessoas cegas ou com baixa visão, com idade entre 24 e 41 anos, sobre as condições de acessibilidade dos espaços públicos da cidade de Guarapuava/PR e como isso interfere na orientação e mobilidade. Primeiro foi feita uma análise da literatura sobre a acessibilidade, a cegueira e a baixa visão. Depois, foi realizado um estudo de caso, no qual foram analisados, utilizando entrevista semiestruturadas, os discursos dos sujeitos cegos ou com baixa visão quanto às suas facilidades e dificuldades de orientação e mobilidade nos espaços públicos e quanto às condições de acessibilidade. Então os discursos foram relacionados com os aspectos identificados na literatura. Percebeu-se que as ruas, travessias e o transporte público, não atendem os quesitos de acessibilidade imprescindíveis para o desenvolvimento da orientação e da mobilidade. Faltam pisos táteis, as calçadas são irregulares, faltam semáforos sonorizados e sonorização no transporte público. Questiona-se esta realidade, já que a garantia de acessibilidade está prevista na legislação brasileira, e que existe um desenho universal para os espaços públicos que atende as condições da cegueira e da baixa visão. Espera-se que essa pesquisa represente um incentivo à implementação de recursos de acessibilidade nos espaços físicos, garantindo a independência e o respeito aos direitos dos cidadãos cegos ou com baixa visão.

Palavras-chave: Inclusão; Dificuldades de acesso; Legislação; Deficiência.

Abstract

Attend the accessibility conditions of the public spaces is a requirement to ensure the implementation of rights of the blind people or low vision people. So, the objective of this study was to analyze through a case study, what think 5 blind or low vision people, aged 24 to 41 years, about the conditions of

Artigo Científico: Recebido em 14/01/2016 – Aprovado em 01/04/2016

¹ Graduada em ciências naturais pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Especialista em educação especial: atendimento às necessidades especiais. Mestre em ensino de ciências naturais e matemática pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, estudante de doutorado na área de ensino de ciências e matemática pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. e-mail: suelen_jv80@hotmail.com

² Graduada em geografia pela UNICENTRO. Especialista em educação especial: atendimento às necessidades especiais. Professora da educação básica. e-mail: angelitagralakbernardine@gmail.com

³ Licenciada em pedagogia. Especialista em educação especial: atendimento às necessidades especiais. Professora da educação infantil do município de Guarapuava/PR. e-mail: zucartelli@yahoo.com.br

⁴ Graduado em Licenciatura em matemática pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava-PR. Mestre em Estatística pela Universidade Estadual de Londrina-PR e doutor Ensino de Ciências pela Universidade de Burgos-Espanha. Professor da área de ensino de ciências e física na UNICENTRO. e-mail: profsandrosantos1966@gmail.com

accessibility of public spaces in Guarapuava / PR city, and how it interfere in orientation and mobility of them. First, it was made an analysis of the literature about the accessibility, the blindness and the low vision. Then, it was conducted a case study, which was analyzed the speeches of blind or low vision people as their facilities and difficulties of orientation and mobility on the public spaces and about the accessibility conditions. Then, speeches were related with the issues identified in the literature. It was possible to realize, with the analysis made, that the streets and crossings, as well as public transport, do not meet accessibility questions essential to the development of the orientation and mobility of blind or with low vision people. Lack tactile flooring, the sidewalks are irregular, lacking sound traffic lights, and sound signals on the public transport. This reality is questioned since the accessibility is guaranteed in the Brazilian law, and that there is a universal design of accessibility to public spaces that meets the conditions of blindness and low vision people. It is believed in the importance of discussing these aspects and it is hoped that this research represents an incentive to implement accessibility features on the physical spaces, to ensure independence and respect for the rights of all blind or with low vision people.

Keywords: *Inclusion; Difficulties of access; Legislation; Deficiency.*

1 Introdução

Cegos são indivíduos que perderam totalmente a visão de forma congênita ou adquirida. Pessoas com baixa visão são aquelas que possuem comprometimentos no funcionamento da visão, que não podem ser sanados por lentes ou tratamentos (FUNDAÇÃO DORINA, 2015). Em ambos os casos é preciso desde cedo adaptar-se em uma sociedade de videntes¹, muitas vezes por um processo conflituoso, que não atende as especificidades que as condições físicas exigem.

Para auxiliar nesse processo de adaptação existem requisitos de acessibilidade que devem ser implementados nos espaços públicos da sociedade. Entre esses requisitos estão: a existência de piso tátil sinalizando calçadas, travessias e edificações urbanas; a adequação do mobiliário urbano à padrões específicos; a sinalização de travessias de ruas; a implementação de recursos sonoros de alerta em semáforos e no transporte público. Esses requisitos de acessibilidade facilitam o desenvolvimento do trabalho com orientação e mobilidade, sendo que este trabalho está incluso em uma área voltada à educação e reabilitação de pessoas cegas ou com baixa visão que enfoca a utilização dos sentidos remanescentes para promoção de autonomia na locomoção, independência e qualidade de vida (BRASIL, 2015b).

Entretanto, nem sempre existe acessibilidade dos espaços públicos, o que pode prejudicar o desenvolvimento do trabalho de orientação e mobilidade. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi analisar através de um estudo de caso o que

pensam algumas pessoas cegas ou com baixa visão sobre as condições de acessibilidade dos espaços públicos na cidade de Guarapuava – PR, e como as condições percebidas por elas interferem na orientação e mobilidade. Considerou-se como espaços públicos as ruas, calçadas, travessias, mobiliário urbano e o transporte coletivo. Buscou-se também: a) discutir o que é acessibilidade; b) entender o que é cegueira e baixa visão; c) analisar como algumas pessoas cegas ou com baixa visão entendem e avaliam as condições de acessibilidade; d) verificar se a cidade de Guarapuava/PR atende as especificações da legislação no que se refere a acessibilidade.

Os procedimentos metodológicos consistiram em analisar aspectos da literatura sobre acessibilidade, a cegueira e a baixa visão, e realizar um estudo de caso utilizando uma entrevista semiestruturada, sobre a situação dos espaços públicos e como isso influencia no desenvolvimento da orientação e mobilidade.

No embasamento dessas discussões, foram utilizados referenciais teóricos que entendem a acessibilidade, a orientação e mobilidade como pressupostos fundamentais para assegurar a independência e a autonomia das pessoas cegas ou com baixa visão, tornando-os cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres. Espera-se que esta pesquisa conscientize sobre a importância de perceber os requisitos de acessibilidade que atendem as pessoas cegas ou com baixa visão, sobre a importância de implementar melhorias nos espaços físicos públicos, e sobre a importância de acabar com o preconceito.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo ocorrido a interpretação dos fenômenos e dos dados coletados. Ela é de natureza exploratória, pois visa promover discussão sobre o problema em questão para promover familiaridade e aprimorar discussões sobre o assunto (GIL, 2010). Quanto aos métodos empregados, utilizou-se o estudo de caso único com múltiplas unidades de análise, pois ele possibilita a descoberta e a interpretação do contexto por meio do estudo de um caso, retratando a realidade e apresentando diferentes pontos de vista. Também, porque este é um tipo de pesquisa mais flexível em que as etapas não acontecem em uma sequência tão rígida (LUDKE, 1986).

O público alvo foi 2 mulheres e 2 homens cegos, e 1 homem com baixa visão, domiciliadas na cidade de Guarapuava/PR, com idade entre 24 e 41 anos. Essas pessoas foram escolhidas porque participam da Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI) do município.

Metodologicamente procedeu-se da seguinte forma: a) foi feita uma análise da literatura sobre acessibilidade, e sobre a cegueira e a baixa visão, procurando compreender aspectos conceituais. Tal análise aconteceu na base de dados Portal Periódicos CAPESⁱⁱ, que possibilita acesso a trabalhos de cunho acadêmico; b) também, estabeleceu-se um contato inicial com os participantes, para conhecer a disponibilidade dos mesmos.

Depois da fase exploratória passou-se para a coleta de dados, que aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas. No início e no decorrer da entrevista foram colocados os seguintes questionamentos: qual é a causa da sua cegueira ou baixa visão? Como você descreve os quesitos de acessibilidade dos espaços públicos da cidade de Guarapuava? Você consegue se locomover e se orientar por conta própria nos espaços públicos? Como você se sente diante disso? A partir dessas perguntas os participantes foram instigados a falar livremente. A conversa aconteceu individualmente na APADEVI, foi gravada e depois transcrita.

A partir disso, as considerações são apresentadas da seguinte forma: primeiro foram considerados aspectos específicos da cegueira e da baixa visão, depois foram considerados aspectos referentes aos dispositivos legais de acessibilidade para pessoas

cegas ou com baixa visão; ambas as considerações foram feitas com base na literatura e transcritos por meio de estrutura dissertativa clássica.

Então é apresentada uma análise dos relatos dos participantes, obtidos por meio da entrevista. Para a análise do conteúdo dos relatos utilizou-se a análise textual discursiva segundo a qual: primeiro os textos são examinados minuciosamente procurando estabelecer unidades de análise menores; depois as unidades de análise estabelecidas são combinadas e classificadas em categorias; a partir disso, emerge uma compreensão renovada do todo, ainda que composta por elementos racionalizados (MORAES, 2003).

Estabeleceram-se as seguintes categorias: aceitação da cegueira ou baixa visão, tempo de aprendizagem, instituições de aprendizagem, a sociedade e as pessoas cegas ou com baixa visão, acessibilidade dos espaços públicos de Guarapuava, habilidade de locomoção independente. Para cada categoria buscou-se significados com aspectos relevantes também percebidos na literatura.

Por último, são apresentadas algumas considerações finais sobre o processo como um todo.

3 Resultados

3.1 O que é a cegueira e a baixa visão

Pelo sentido da visão os sujeitos conseguem perceber, interpretar e interferir sobre o mundo a sua volta. Trata-se de um sentido muito valorizado e hierarquicamente superior aos outros sentidos humanos, mas que nem todos possuem. Aqueles que são cegos ou possuem baixa visão precisam interagir de outra forma com o mundo, em um processo muitas vezes problemático e de difícil adaptação. Existe no Brasil, mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, sendo 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos) e 6.056.654 com baixa visão ou visão subnormal (FUNDAÇÃO DORINA, 2015).

Cegos são os sujeitos que possuem uma alteração grave ou total em alguma das funções da visão, adquirida ou congênita. Segundo Sá; Simão (2010, p.30), "a ausência de visão manifestada durante os primeiros anos de vida é considerada cegueira congênita, enquanto a perda de visão de forma

imprevisível ou repentina é conhecida como cegueira adquirida ou adventícia". A cegueira congênita pode ser resultado de alguma lesão ou enfermidade que comprometeu o globo ocular, enquanto a cegueira adquirida pode ser causada por doenças infecciosas, enfermidades sistêmicas e traumas oculares (SÁ; SIMÃO, 2010).

Sujeitos com baixa visão são aqueles que possuem algum comprometimento no funcionamento visual para o qual óculos, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas não beneficiam. São vários os comprometimentos, desde a não percepção da luz, até alterações na percepção de contrastes. A baixa visão tem causas como albinismo, catarata congênita, atrofia óptica, glaucoma, entre outras (SÁ; SIMÃO, 2010).

Perder totalmente ou parcialmente a visão obriga o sujeito a desenvolver formas de adaptação aos ambientes e de interação com outros sujeitos. Portanto, é interessante que os casos sejam diagnosticados desde cedo, a fim de que isso seja facilitado. Uma vez identificado o diagnóstico, os sujeitos de baixa visão e cegos podem utilizar uma variedade de recursos ópticos e/ou não ópticos facilitadores dos processos adaptativos.

Para os sujeitos com baixa visão, os recursos ópticos de acessibilidade comumente utilizados são lentes de uso especial ou dispositivos formados por conjuntos de lentes, que são classificados como: recursos ópticos para longe - telescópios, tele lupas e lunetas, e recursos ópticos para perto - óculos especiais. Muitos desses recursos podem ser utilizados apenas sob orientação oftalmológica de um profissional da área. Os recursos não ópticos são: iluminação do ambiente, contraste de cores, visores, bonés, oclusores laterais, canetas com ponta porosa, lápis com grafite mais forte, folhas com pautas mais escuras e espaçadas.

Já os cegos podem utilizar o sistema braille, reglete e punção, soroban, bengala, cão guia, sintetizadores de voz, entre outros, que são recursos não ópticos (FRANÇA-FREITAS; GIL, 2012).

A utilização destes instrumentos permite que os sujeitos compreendam o mundo a sua volta, se adaptem e levem uma vida mais próxima da normalidade. Entretanto, há de se destacar que, mesmo que o sujeito seja instruído desde cedo quanto a adaptação e utilize os recursos facilitadores de

acessibilidade, podem existir dificuldades na utilização dos mesmos e no desenvolvimento físico e psicológico. O desenvolvimento motor e intelectual, por exemplo, pode ser bastante limitado devido a limitação das percepções visuais, o que mostra que os recursos auxiliam, mas não acabam com a dificuldade.

Além disso, o preconceito social contribui para que os sujeitos cegos ou com baixa visão tenham dificuldades de adaptação. É muito comum eles serem rotulados como incapazes, assexuados, promíscuos, incapazes de dialogar, possuidores de memória extraordinária (SÁ; SIMÃO, 2010), embora possam se desenvolver no mesmo ritmo que uma pessoa vidente, quando estimulados.

Mesmo que exista discriminação social não se pode negar que se tem avançado nessas questões. Os direitos de pessoas cegas e de baixa visão são reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira desde a década de 80 (BRASIL, 1988), existe a lei da acessibilidade – lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b), que estabelece o estatuto da pessoa com deficiência, assim como as regulamentações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) que prevê nacionalmente os parâmetros técnicos de adequações estruturais dos bens públicos (BRASIL, 2009).

Existe cada vez mais um movimento de conscientização desses direitos, embora à passos lentos. Graças a eles os sujeitos cegos ou com baixa visão podem participar da sociedade nos mais diversos setores, buscando igualdade e inclusão.

3.2 Dispositivos legais e um possível entendimento para a acessibilidade

A acessibilidade pode ser entendida como qualidade daquilo que é acessível às pessoas, sendo um termo bastante genérico quando se refere aos sujeitos com necessidades específicas.

Nesse caso, a ela é atributo essencial do ambiente, devendo ser incluída em espaços físicos, meios de transportes, informação e comunicação, bem como em outros serviços de uso público, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas. A implementação dessas condições possibilita resultados positivos e sustentáveis de desenvolvimento social porque garantem que sujeitos com necessidades educacionais

específicas adquiram independência, usufruam seus direitos e participem da vida social com igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015a).

Os direitos à acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais específicas estão previstos na Lei da Acessibilidade (decreto-lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) (BRASIL, 2015b). Segundo essa lei, acessibilidade é

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015b).

Pode-se destacar que a acessibilidade dos espaços públicos interfere diretamente no desenvolvimento do processo de orientação e mobilidadeⁱⁱⁱ das pessoas cegas ou com baixa visão. São incluídos nesses espaços públicos os equipamentos urbanos que são "os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados" (BRASIL, 2015a, p. 4).

Destes, destacar-se-á a questão infra estrutural dos espaços públicos – vias públicas e transporte coletivo público, que devem atender os princípios de desenhos universais, se baseando nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, cabendo ao poder público implementar os projetos (BRASIL, 2015b).

As vias públicas - calçada, sinalização, semáforos, mobiliário urbano – que são as superfícies que normalmente possuem imóveis ao longo de sua extensão, por onde transitam veículos, pessoas e animais, devem, segundo a ABNT (BRASIL, 2015b), atender aos seguintes critérios de acessibilidade para pessoas cegas:

- Calçadas, e locais públicos devem possuir piso tátil, sendo que esse piso orienta os cegos, permitindo, por meio dos pés ou

bengala, a percepção de rotas e de obstáculos. Consiste em uma combinação “de relevos tronco-cônicos com cor contrastante em relação ao entorno, dispostos paralelamente, [...] garantindo, em sua modulação, textura adequada e padrão de informação. Deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvam risco de segurança” (CPA, 2003, p.45). O piso tátil de alerta deve ser colocado sempre que for necessário sinalizar uma situação que envolva risco, como por exemplo: irregularidades na calçada; início e fim de escadas fixas; obstáculos suspensos entre 0,6 e 2,10 m, como telefones; em plataformas de embarque e desembarque em ônibus; em portas de elevadores; quando houver mudança de direção na sinalização tátil direcional. O piso tátil direcional deve ser instalado para orientar a realização de um percurso.

- A instalação do mobiliário urbano - bancos, telefones públicos, postes, canteiros-, também deve respeitar a necessidade de ausência de obstáculos. Todos os recursos instalados na calçada devem respeitar uma área destinada exclusivamente à circulação de pedestres com no mínimo 1,50 m de largura, que é um tamanho que permite a utilização de uma bengala, a passagem do cego com seu guia humano ou com seu cão guia. No caso de obstáculos suspensos com volume maior na parte superior do que na inferior, o piso tátil deve sinalizar a 0,6 m a existência do obstáculo.
- Semáforos sonoros que sirvam de guia para os cegos atravessarem as ruas. Estes equipamentos, que são constituídos por uma unidade audível e outra tátil, se caracterizam por produzir um ruído, sempre que o trânsito estiver aberto para pedestres. Funciona por meio da ativação de um botão, que emite coordenadas para que o equipamento,

quando for tempo de o pedestre atravessar, emita um sinal intermitente, enquanto o verde para o pedestre estiver aceso e outro intermitente mais rápido, quando o vermelho piscante para o pedestre for ativado para indicar que o tempo de pedestre está acabando.

- Sinalização de que circulam pessoas cegas para que possam ser tomados os cuidados necessários.

Segundo o que propõe Brasil (2015a, p. 39) para as normas e técnicas de acessibilidade

Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis: a) entradas; b) áreas e vagas de estacionamento de veículos; c) áreas acessíveis de embarque/desembarque; d) sanitários; e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência; f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Para essas indicações existe o símbolo internacional de pessoas com deficiência visual que é um pictograma branco com fundo azul, mas que pode também ser representado em preto, conforme se vê na figura 1.



Figura 1. Representação do símbolo internacional das pessoas com deficiência visual

Fonte: BRASIL (2015a, p. 40).

- Indicações em braile dos locais (por exemplo, dos bancos e praças) e de procedimentos a se adotar nesses locais,

principalmente quando se tratam, por exemplo, de pontos de ônibus, caixas eletrônicos, elevadores. Essa indicação em braile deve estar acompanhada da sinalização visual com caracteres ou figuras em relevo, para auxiliar as pessoas com baixa visão que estão ainda sendo alfabetizados no braile. É interessante também que sejam incluídos *softwares* sintetizadores de voz nos espaços em que é possível.

Quanto ao transporte coletivo público, ressalta-se que os terminais e pontos de parada desses veículos devem atender as condições de acessibilidade dos espaços públicos descritas pela ABNT (BRASIL, 2009). Também, a entrada do veículo deve estar livre de qualquer barreira, devem existir assentos preferenciais para os cegos, deve haver no salão de passageiros um local reservado para o cão guia do cego, nos pontos de parada e/ou plataformas, deve ser instalados dispositivos de sinalização visual, tátil e auditiva, com a informação das respectivas linhas de ônibus.

Mesmo que existam tais adaptações dos espaços físicos, o trabalho com orientação e mobilidade das pessoas cegas deve ser desenvolvido o quanto antes, pois trata-se de um processo extremamente dependente de técnicas e orientações, e bastante demorado.

Durante o desenvolvimento desse processo, o indivíduo pode aprender conceitos corporais que possibilitam o desenvolvimento dos conceitos de posição e relação com o espaço. No conhecimento dos conceitos corporais devem ser levados em consideração os planos, as partes e os movimentos do corpo, além da lateralidade, da imagem corporal e da direcionalidade (BRASIL, 2003).

Os conceitos corporais formam a base dos conceitos espaciais e direcionais, que são aqueles que se referem aos espaços físicos e às direções. Inclui-se nessa compreensão de espaços e direções a) espaço corporal (posições, direções e distâncias); b) espaço de ação (onde executa os movimentos); c) espaço dos objetos (onde estão os objetos a partir do espaço corporal); d) espaço geométrico (orientação a partir

das experiências concretas); e) espaço abstrato (utilização dos conceitos para a elaboração de rotas e outros) (BRASIL, 2003).

Além dos conceitos corporais, espaciais e direcionais, os indivíduos também devem formar conceitos: a) de medida, referentes a distância, quantidade, tempo, peso e volume, largura, comprimento e tamanho; b) espaciais que indicam ações ou movimentos, que são os giros de 45°, 90° ou 180°, apressar-se, engatinhar, rolar, estender, curvar, desviar-se, andar, correr, saltar, marchar, subir, pular, entre outros; c) ambientais, como estado, cidade, bairro, rodovia, rua, entre outros; d) ambientais topográficos, como aqueles que servem de pontos de referência (margem, perímetro, junção, esquina, declive, etc.); e) texturas, usados por exemplo, para manusear a bengala (som, ressonância, aderência, pedra, asfalto, pavimento, cimento, entre outros); f) temperatura, como quente, frio, morno, fresco, moderado, agradável (BRASIL, 2003).

O indivíduo desenvolverá essas atividades com estas considerações sempre sob orientação de alguém capacitado (BRASIL, 2003).

3.3 Cegueira e baixa visão: dificuldades e desafios

A pouca acessibilidade condiciona a qualidade de vida, a independência, o acesso a locais públicos, o lazer, das pessoas cegas ou com baixa visão. É impossível para eles desenvolver orientação e mobilidade em um espaço público, sem que exista, por exemplo, piso tátil ou calçadas regulares. Essa pouca acessibilidade passa, na maioria das vezes, despercebida na sociedade, assim como a própria cegueira e a baixa visão. Parece que se ignora aquilo que é diferente dos padrões impostos, assim como se ignora a existência de preconceito e discriminação.

Tais questões foram evidenciadas nas entrevistas com as pessoas cegas ou com baixa visão (quadro 1) Durante a entrevista todos os participantes comentaram sobre todas as perguntas, ou seja, sobre: os quesitos de acessibilidade dos espaços públicos da cidade de Guarapuava/PR, suas possibilidades mobilidade e locomoção nos espaços públicos da cidade, seus sentimentos com relação a isso. Uns comentaram mais do que os outros, livres para falar o quanto quisessem.

4 Discussão dos relatos de experiência

Tanto as pessoas que nascem cegas quanto as que adquirem a cegueira ao longo da vida são privadas de oportunidades relacionadas a sociedade como um todo.

No caso da cegueira súbita adquirida, o sujeito rompe com hábitos que estava habituado como os de comunicação, mobilidade, trabalho e lazer (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013). Trata-se de um processo de adaptação bastante conflituoso que pode causar sérios traumas e dificuldades de adaptação social e que muitas vezes exige apoio e acompanhamento psicológico. Quando o indivíduo vai ficando cego aos poucos, os danos psicológicos podem ser menos severos, pois existe um tempo maior para adaptação, mas ainda assim pode ser necessário apoio psicológico. Nesse sentido Almeida; Araújo (2013, p. 6) afirmam que

Nas situações de cegueira progressiva o impacto da perda de visão pode estar parcialmente ausente. No entanto, os sofrimentos implicados nos casos em que a perda de visão é súbita, de modo abrupto, como uma fulminação em que largamente se cumprem as denotações psicológicas, associam-se à ideia de experiência traumática.

Quanto a cegueira congênita, pode haver, segundo Amiralian (2007), tanto atrasos no desenvolvimento quanto altos níveis de habilidade e competência. Existem diversas possibilidades de desenvolvimento que dependem do estímulo que a pessoa cega vai receber. Quanto melhores forem os estímulos, melhor ela lidará com as dificuldades de adaptação social tornando o processo menos traumático.

Nos casos analisados de cegueira adquirida progressiva (caso 3, caso 5), de cegueira congênita (caso 1 e 4) e de baixa visão (caso 2) não se perceberam evidências de dificuldades de aceitação da condição por parte dos indivíduos. Por isso, todos os 5 casos^{iv} foram inclusos na categoria “aceitação da cegueira ou baixa visão”.

Quadro 1 - relatos de experiência das pessoas cegas ou com baixa visão

<p>1. Homem de 24 anos, cego</p> <p style="text-align: center;">O lugar que a gente não conhece!</p> <p>Tenho 24 anos e sou deficiente visual de nascença. Comecei a caminhar com 6 anos de idade até essa idade só gatinhava, caminhava dentro de casa apoiado nos móveis e por questão de segurança brincava na maior parte do tempo dentro de casa. Minha prima me levava para brincar na rua toda tardezinha, eu gostava de ficar jogando pedrinha na rua.</p> <p>Iniciei a pré-escola com 8 anos de idade, porém participava da Associação pais e amigos dos deficientes visuais (APADEVI) desde os oito meses. Na escola que eu frequentava sempre tinha o auxílio da professora e dos coleguinhas de turma, que me ajudavam ir ao banheiro, brincar, etc. No início das aulas as pessoas não sabiam como me auxiliar direito e, por isso, eu sempre pulava degraus, tropeçava ou achava algum buraco; aos poucos foi melhorando.</p> <p>Aos dez anos iniciei as aulas de Orientação e mobilidade (OM) na APADEVI e isso ampliou a minha independência e diminuiu a minha insegurança. No quinto ano já andava sozinho de bengala.</p> <p>A maior dificuldade para uma pessoa cega em minha opinião é o lugar que a gente não conhece. É não saber onde está indo. Guarapuava é uma cidade de pouca acessibilidade, faltam calçadas nas ruas, meio fio, piso tátil principalmente nos bairros. No bairro onde moro não tem meio fio nas calçadas, por esse motivo fica difícil caminhar sem um ponto de referência.</p> <p>Até hoje não ando de transporte coletivo sozinho, porque os ônibus não possuem sonoridade e no terminal de ônibus também não existem funcionários para dar o auxílio necessário ao cego, e nem piso tátil para que possamos nos orientar.</p> <p>Os maiores obstáculos nas ruas são os bueiros, as lixeiras e calçadas irregulares. Outra dificuldade é o semáforo que não tem sonoridade, o que torna a travessia perigosa, e nesse caso, é preciso o auxílio de um vidente.</p> <p>Na minha casa me locomovo bem sozinho, mais ainda me sinto inseguro em ir para muitos lugares da cidade; por isso, na maioria das vezes ando acompanhado pelos amigos e familiares.</p>
<p>2. Homem de 37 anos, baixa visão</p> <p style="text-align: center;">Pretendo ser mais independente</p> <p>Tenho 37 anos e possuo baixa visão devido à retinopatia diabética proliferativa e há cinco anos venho perdendo a visão.</p> <p>Uso a bengala para me locomover, assim me sinto mais seguro. Resisti ao uso da bengala por algum tempo, pois sentia vergonha. Há cerca de dois anos iniciei as aulas de OM e tenho interesse em continuar, pois pretendo ser mais independente. Não é possível perceber que eu tenho baixa-visão e, algumas vezes, as pessoas não me auxiliam porque acham que eu enxergo, nessa questão o uso da bengala é importante.</p> <p>Estou cursando pós-graduação e na faculdade que curso a acessibilidade é boa, consigo circular bem sozinho e sempre que preciso as pessoas me ajudam.</p> <p>A minha maior dificuldade é atravessar a rua, pois a maioria dos semáforos da cidade não tem sonoridade. Também, a maioria dos órgãos públicos não têm acessibilidade, o terminal de ônibus não tem pessoas qualificadas para orientar as pessoas cegas ou de baixa-visão. As calçadas são irregulares, além de serem irregulares também os bueiros, lixeiras, telefones públicos e não existir piso tátil.</p> <p>Na maioria das vezes saio acompanhado de algum familiar ou amigo (minha mãe quase sempre me acompanha). Algumas vezes levo meu cachorro de estimação para passear nas proximidades da minha casa. A pouca acessibilidade dificulta a autonomia de uma pessoa cega.</p>
<p>3. Mulher de 41 anos, cega</p> <p style="text-align: center;">Nem sempre tenho alguém por perto</p> <p>Tenho 41 anos e causa da minha cegueira é o glaucoma.</p> <p>Uso a bengala para locomoção, mesmo quando saio com a minha mãe, e sempre que necessário solicito ajuda de um vidente para consultar, marcar exames, etc.</p> <p>Minha maior dificuldade na cidade de Guarapuava é atravessar a rua e ir para lugares que não conheço. É muito importante o piso tátil e uma calçada de boa qualidade, pois assim existe menor risco de se machucar, torcer o pé e cair.</p> <p>Utilizo o transporte escolar para frequentar a APADEVI.</p> <p>Eu sempre quis e solicitei aulas de orientação e mobilidade para poder me locomover sozinha, porque nem sempre temos alguém por perto e estou fazendo, embora seja um processo demorado.</p> <p>Não me sinto muito confortável de ser cega em um lugar pouco acessível, mas não fico me queixando, procuro superar e tocar a vida.</p>
<p>4. Mulher de 25 anos, cega</p> <p style="text-align: center;">Sou insegura e sempre ando acompanhada de um vidente</p> <p>Tenho 25 anos e a causa da minha cegueira e retinopatia da prematuridade.</p> <p>Eu uso bengala nas ruas do bairro onde eu moro. O transporte que utilizo é o transporte escolar e o transporte coletivo público.</p> <p>Quando iniciei na escola era bem difícil, pois tinha muitas valetas, pedras pelo caminho; aos poucos foi melhorando porque fui conhecendo a escola e o melhor caminho à percorrer. A escola que eu estudava quando criança não tinha nenhuma acessibilidade e eu sempre precisava da ajuda dos colegas e da professora.</p> <p>Acho que a maior dificuldade de mobilidade é o terminal de ônibus, pois não tem referências que auxiliem o cego a tomar o ônibus certo, não tem sonorização. Minha acessibilidade ainda é muito difícil, sou insegura e sempre ando acompanhada de um vidente.</p>
<p>5. Homem de 41 anos, cego</p> <p style="text-align: center;">Hoje cursando a faculdade encontro as mesmas dificuldades</p> <p>Tenho 41 anos e a causa da minha cegueira foi o glaucoma; fui perdendo a visão aos poucos.</p> <p>Uso a bengala e, sempre que necessito, peço auxílio de um vidente.</p> <p>Iniciei as aulas de orientação e mobilidade há cinco anos. As aulas de orientação são necessárias para que o cego consiga orientar-se com o guia humano, pois aprende técnicas que ajudam na sua locomoção, da mesma forma, por meio das aulas aprendi a utilizar a bengala.</p> <p>A minha maior dificuldade de locomoção é atravessar a rua devido à falta de acessibilidade, até mesmo os motoristas não respeitam as pessoas com deficiência. Há falta de piso tátil, calçadas irregulares, lixeiras. Existe lixo acumulado em lugares não apropriados e semáforos sem sonorização.</p> <p>A acessibilidade nos órgãos públicos, assim como nos privados é precária. Falta sonoridade na maioria dos elevadores e nos bancos, falta piso tátil para orientação e pessoas qualificadas para auxiliar as pessoas cegas.</p> <p>Depois que perdi a visão tive que me adaptar às mudanças, quando voltei a frequentar a escola enfrentei muitas barreiras na questão de acessibilidade, assim como em outros momentos da vida. Terminei o ensino médio em uma escola que não havia nenhuma acessibilidade, onde eu necessitava da ajuda das pessoas. Hoje cursando a faculdade enfrentei as mesmas dificuldades, pois encontro muitos obstáculos no caminho devido à falta de acessibilidade.</p>

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos dos participantes da APADEVI.

Isso parece indicar que eles já passaram pelo processo de reestruturação no seu modo de existir no mundo, nas relações familiares, sociais, financeiras, habilidades individuais e de trabalho como, segundo Parnof (2010), é fundamental que ocorra. Por exemplo, no caso 3, quando a mulher afirma que não se sente confortável de ser cega em um espaço inacessível, mas que não fica se queixando e segue sua vida.

Mesmo que eles tenham aceitado as características da sua condição, podem surgir dificuldades como resultado das exigências específicas de aprendizagem que a condição de cegueira ou baixa visão impõe (MARTINS, 2012). Estabeleceu-se por isso, a categoria “tempo de aprendizagem”, que abrange os seguintes relatos

Comecei a caminhar com seis anos de idade até essa idade só gatinhava; iniciei a pré-escola com oito anos de idade; no quinto ano (das aulas de orientação e mobilidade) já andava sozinho de bengala (caso 1).

Há cerca de dois anos iniciei as aulas de OM e tenho interesse em continuar, pois pretendo ser mais independente (caso 2).

Como se percebe, essas pessoas têm capacidades de desenvolvimento e tempos de aprendizagem variáveis, como qualquer pessoa vidente. O fato do indivíduo ser cego não deve indicar incapacidade, mas necessidade de processos cognitivos diferenciados (NUNES; LOMÔNACO, 2008). Eles precisam de estímulos constantes para aprender, como parece ter acontecido, pois em um caso houve um trabalho de 5 anos para que o sujeito pudesse andar sozinho, e no outro há 2 anos está sendo desenvolvido o trabalho de orientação e mobilidade.

Percebe-se pelas falas a importância do aprender, dos processos de ensino e de aprendizagem, que se desenvolvem progressivamente. Um aprender que acontece em toda a sociedade, na convivência, na interação, mas principalmente em instituição com a finalidade de ensinar, orientar e instruir, como a APADEVI e a escola, citadas em todos os casos. Por isso foi estabelecida a categoria “instituições de aprendizagem”.

Na escola que eu frequentava sempre tinha o auxílio da

professora e dos coleguinhas de turma; aos dez anos iniciei as aulas de Orientação e mobilidade na APADEVI (caso 1).

Estou cursando pós-graduação (caso 2).

Eu sempre quis e solicitei aulas de orientação e mobilidade para poder me locomover sozinha (caso 3).

Quando iniciei na escola era bem difícil [...]; aos poucos foi melhorando (caso 4).

Iniciei as aulas de orientação e mobilidade na APADEVI há cinco anos; quando voltei a frequentar a escola enfrentei muitas barreiras [...]. Terminei o ensino médio em uma escola que não havia nenhuma acessibilidade [...]. Hoje cursando a faculdade enfrente as mesmas dificuldades (caso 5).

A escola e a APADEVI são vistas como instituições que auxiliam na inserção dos indivíduos na sociedade ao mesmo tempo que lhes capacitam cientificamente. Tratam-se de locais em que os indivíduos são acolhidos pelas suas potencialidades e não pelas suas limitações. Para auxiliar a realização do processo de ensino e aprendizagem, segundo Krik; Zych (2009, p. 3555) é preciso criar um ambiente em que o indivíduo

Se sinta a vontade na sala, para que possa questionar, comentar, movimentar-se e tatear. Algumas ações como a explicação verbal dos conteúdos e a proximidade do aluno cego daqueles colegas com quem mais se identificam, além disso, o uso de métodos específicos na operacionalização dos trabalhos sem prejuízos no seu desenvolvimento.

Também, é interessante que sejam utilizados recursos didáticos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem. Entre os recursos que podem ser utilizados, segundo Cerqueira; Ferreira (2000, apud OLIVEIRA; BIZ; FREIRE, 2002), estão os de ordem natural (elementos existentes na natureza), pedagógica (cartazes e gravuras), tecnológica (computador, televisão e laboratórios) e cultural (bibliotecas, museus e exposições). Eles podem ser

obtidos em lojas especializadas, por meio de processos de adaptação (em que os recursos são adaptados para servir ao ensino dos alunos cegos ou com baixa visão), e por processos de confecção (em que os recursos são confeccionados utilizando diferentes tipos de materiais) (OLIVEIRA; BIZ; FREIRE, 2002). Percebe-se nos casos que um recurso tecnológico utilizado, principalmente para o desenvolvimento da orientação e da mobilidade, é a bengala.

Dentro dessas instituições existem profissionais aptos para trabalhar com os indivíduos cegos ou com baixa visão. De acordo com Bueno (1999), é interessante propiciar uma formação para esses profissionais, que os qualifique quanto às possibilidades de metodologias e os objetivos à serem alcançados, e que se pautem no princípio da educação para todos e na educação inclusiva, permitindo assim entender as necessidades educacionais específicas em todo seu contexto. Caso isso não ocorra, segundo Nunes; Lomônaco (2008), é possível que os professores e orientadores, por falta de preparo, adotem procedimentos educacionais tendo como parâmetro as formas de aprender do vidente, o que colabora para os atrasos de aprendizagem. Foi possível perceber essa falta de preparo no caso 1, quando se afirmou que os sujeitos da escola não conheciam uma maneira adequada de auxiliar o indivíduo cego.

Entretanto, o trabalho pontual apenas dos professores nas instituições de ensino pode não favorecer completamente a aquisição de conhecimentos sociais, o desenvolvimento de habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos (MARTINS, 2012). Por isso, cabe destacar o papel que todas as pessoas da sociedade têm na garantia dos direitos desses indivíduos. Foram percebidas referências a esse papel nas seguintes falas, as quais foram classificadas na categoria “a sociedade e as pessoas cegas ou com baixa visão”

Minha prima me levava para brincar na rua toda tardezinha; tinha o auxílio da professora e dos coleguinhas de turma, que me ajudavam ir ao banheiro, brincar, etc.; não existem funcionários para dar o auxílio necessário ao cego; é preciso o auxílio de um vidente (caso 1).

Algumas vezes, as pessoas não me auxiliam porque acham que eu enxergo; sempre que preciso as pessoas me ajudam (caso 2);

Sempre que necessário solicito ajuda de um vidente; nem sempre temos alguém por perto (caso 3);

Sempre ando acompanhado de um vidente (caso 4).

Sempre que necessito, peço auxílio de um vidente (caso 5).

Percebe-se o quanto a prima, o coleguinha, o indivíduo que sempre se dispõe a ajudar, são importantes para melhorar o convívio social das pessoas cegas ou com baixa visão. Por sorte, na maioria das vezes, parece que as pessoas videntes ajudam. Da mesma forma, percebe-se o quanto o despreparo do funcionário, que não sabe auxiliar corretamente o cego, e a desconfiança do sujeito que não acredita que a pessoa enxergue mal, refletem a negligência, o preconceito e a discriminação, cuja existência muitas vezes é negada.

Assim, de forma adequada ou não, as pessoas videntes influenciam o desenvolvimento e a adaptação dos indivíduos com deficiência visual na sociedade. Por isso acredita-se que deveria ser investido em campanhas de conscientização e informação sobre a deficiência visual. Assim, mais pessoas perceberiam a importância da inclusão social e poderiam reclamar os recursos de acessibilidade nos espaços públicos. Também, se acabaria com o preconceito que, segundo Silva (2006), é um típico mecanismo de negação social.

Infelizmente, como existe pouca conscientização (MARTINS, 2012 (e por outros motivos que fogem do entendimento), tem-se a realidade percebida em todos os casos: a não implementação de recursos de acessibilidade nos espaços físicos, cujos relatos que corroboram foram incluídos na categoria “acessibilidade dos espaços públicos de Guarapuava”.

As principais dificuldades referentes a acessibilidade nos espaços físicos ressaltadas são: a falta de piso tátil nas calçadas, inadequação do mobiliário urbano, calçadas irregulares, falta de sonorização de semáforos, falta de sonorização no transporte público. Também, os espaços físicos de

órgãos públicos municipais (principalmente o terminal rodoviário) não são acessíveis.

Entretanto, está previsto na lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015b) a garantia das condições de acessibilidade dos espaços físicos como direito das pessoas cegas ou com baixa visão. Questiona-se assim, o motivo pelo qual a lei não está sendo cumprida na cidade de Guarapuava, sabendo que se trata de uma questão de necessidade imediata.

Por causa dessa situação de desrespeito frente aos direitos de melhorias dos espaços públicos, previstos por lei, todos os relatos mostraram que as pessoas cegas ou com baixa visão não se sentem preparados para sair das suas casas desacompanhados, e mesmo quando tentam fazer passeios curtos, se sentem intimidados e inseguros. Acabam por isso, se adaptando a hábitos prioritariamente caseiros e necessitando da ajuda de outras pessoas quando saem de casa.

As seguintes falas exemplificam essa situação, as quais foram incluídas na categoria “locomção independente”.

Até hoje não ando de transporte coletivo sozinho; na minha casa me locomovo bem sozinho, mais ainda me sinto inseguro em ir para muitos lugares da cidade; por isso, na maioria das vezes ando acompanhado pelos amigos e familiares (caso 1).

Na maioria das vezes saio acompanhado de algum familiar ou amigo (minha mãe quase sempre me acompanha) (caso 2).

Sou insegura e sempre ando acompanhado de um vidente (caso 4).

Sabe-se que, como afirma Zanini e Forno (2007), para o desenvolvimento da autonomia os indivíduos com deficiência visual precisam interagir, através de pessoas e objetos, desempenhando atividades básicas de rotina, locais e externas, fundamentais para a inserção no meio social. Parece que não está sendo dessa forma, o que torna a situação preocupante, ainda mais quando se considera que os indivíduos desenvolvem o trabalho de orientação e mobilidade, mas mesmo assim não conseguem se locomover, como se o trabalho fosse em vão.

Diante do que foi discutido, afirma-se que deve-se oferecer aos indivíduos cegos ou com baixa visão as condições de acessibilidade necessárias em todos os setores da sociedade para que eles possam dela participar com igualdade (ZANINI; FORNO, 2007). Com isso, acabar-se-á com inseguranças, medos, anseios dos indivíduos, e com preconceitos e discriminações das pessoas videntes. Ainda, eles podem compreender as potencialidades e limitações da sua condição, terão seus tempos de aprendizagem respeitados, usufruirão de espaços de formação e orientação, poderão ser mais autônomos e independentes.

5 Considerações Finais

Este trabalho possibilitou entender que cegos são aqueles que possuem alterações graves ou totais em alguma função da visão, e que pessoas com baixa visão são aquelas que possuem algum comprometimento no funcionamento visual. A cegueira e a baixa visão podem ser congênicas ou adquiridas e implicam no desenvolvimento de formas de adaptação e interação com os ambientes.

Existem recursos ópticos e não ópticos de acessibilidade que podem facilitar a adaptação e a interação, como lentes de aumento, lupas, telescópios, bengalas, sistema braile, regletes e cão guia. Eles permitem comunicação, leitura, escrita e interação social, contribuindo para a independência e autonomia dos deficientes visuais.

Aliado a estes recursos deve ser desenvolvido desde cedo um trabalho voltado para a orientação e mobilidade. Trata-se de um trabalho contínuo, mediado por um profissional da área, e que visa possibilitar a aprendizagem de conceitos corporais e ambientais, para que a pessoa cega ou com baixa visão possa se orientar e locomover com maior independência. Percebeu-se que nos casos discutidos são realizados trabalhos deste tipo.

Além dos recursos ópticos e não ópticos e do trabalho de orientação e mobilidade, é necessário que existam recursos de acessibilidade nos espaços da sociedade. São exemplos destes recursos: piso tátil, semáforos sonoros, sinalização em braile, mobiliário urbano adequado, calçadas regulares, transporte público sonorizado. A Associação Brasileira de Normas e Técnicas ABNT estabelece um padrão

segundo o qual os recursos devem ser incluídos na sociedade e existe a lei da acessibilidade, que garante os direitos das pessoas cegas ou com baixa visão (BRASIL, 2015b).

Percebeu-se pelas análises dos relatos que faltam todos esses recursos de acessibilidade nos espaços públicos da cidade na cidade de Guarapuava/PR. Por isso, elas não conseguem se orientar e locomover sozinhas com segurança e autonomia, o que prejudica sua independência.

Diante dessa problemática questiona-se o porquê de não estarem sendo implementados recursos de acessibilidade nos espaços físicos públicos de maneira a contribuir para o desenvolvimento da orientação e mobilidade das pessoas cegas ou com baixa visão. Existe uma legislação que prevê a implementação desses recursos e existe demanda, mas mesmo assim a realidade não condiz com o previsto.

Parece com isso, que existe um descaso da sociedade quando se trata da deficiência visual. Isso mostra que é necessária conscientização sobre as potencialidades presentes nas diferenças, os direitos das pessoas cegas ou com baixa visão e a inclusão social. Essa conscientização é necessária inclusive para as pessoas cegas ou com baixa visão, que, devido as dificuldades de adaptação e preconceito social, podem se perceber como incapazes.

Acredita-se que a implementação dos recursos de acessibilidade nos espaços públicos seria o ponto de partida para essa conscientização. As pessoas cegas ou com baixa visão veriam seus direitos respeitados e se motivariam para atuarem mais ativamente na sociedade. As pessoas videntes perceberiam a presença de indivíduos, que antes passavam despercebidos.

Juntamente com a implementação dos recursos, o mantimento dos projetos já existentes (por exemplo, a APADEVI) e a criação de novos projetos que contemplem os deficientes visuais. Ainda, o desenvolvimento em toda a sociedade de trabalhos formativos enfocando a inclusão.

Referências

ALMEIDA, T. S.; ARAÚJO, F. V. Diferenças experienciais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida: uma breve apreciação. **Revista Interfaces:**

Saúde, Humanas e Tecnologia, Várzea Alegre, v. 1, n. 3, p.1-20, jun. 2013.

AMIRALIAN, M. L. T. M. A construção do eu de crianças cegas congênitas. **Nat. hum.**, v. 9, n. 1, p. 129-153, 2007.

BRASIL. **Norma nº 9050, de 11 de setembro de 2015.** Acessibilidade A Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 3. ed. 2015a. Brasília: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 11 set. 2015. p. 1-148. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_164.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_164.pdf)>

BRASIL. **Lei da acessibilidade.** Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação e mobilidade:** conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Brasília: MEC, SEESP, 2003. (Secretaria de educação especial). Coordenado por Maria Glória Batista da Mota. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mo_bi.pdf>

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. **Norma Brasileira nº 14022, de 20 de janeiro de 2009.** Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas Para O Transporte Coletivo de Passageiros. 3. ed. v. 3, n. 1, p. 1-19, 2009. Disponível em: <http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR_14022.pdf>

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de educação especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

CPA comissão permanente de acessibilidade. SEHAB Secretaria da habilitação e desenvolvimento Urbano da prefeitura do município de São Paulo. **Guia para mobilidade acessível em vias públicas.** São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aut0579/Guia_Mobilidade_Acessivel_em_Vias_Publicas.pdf>

FRANÇA-FREITAS, M. L. P.; GIL, M. S. C. A. O Desenvolvimento de Crianças Cegas e de Crianças

Videntes. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 3, p.507-526, jul. 2012.

FUNDAÇÃO DORINA. **Deficiência visual**. 2015. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRIK, L.; ZYCH, A. C. Alfabetização do educando cego: um estudo de caso. In: IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 9; 1. 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 3544 - 3556. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3258_1559.pdf>

LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, 99 p.

MARTINS, L. A. R. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva**. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Cap. 2. p. 25-38. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>

MARTINS, L. A. R. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva**. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Cap. 2. p. 25-38. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-21, 2003.

NUNES, S. S.; LOMÔNACO, J. F. B. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento: Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n. 1, p.119-138, jun. 2008.

OLIVEIRA, F; BIZ, V.; FREIRE, M. Processo De Inclusão De Alunos Deficientes Visuais Na Rede Regular De Ensino: Confecção e Utilização de Recursos Didáticos Adaptados. 2002. Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2003/Processo%20de%20inclusao%20de%20alunos%20deficientes%20visuais.pdf>>

PARNOF, D. **Deficiência Visual: a Perda e a Superação**. 45. ed. Instituto Benjamin Constant, 2010. Disponível em:

<<http://www.ibc.gov.br/index.php?blogid=2&archive=2010-08>>

SÁ, E. D.; SIMÃO, V. S. **Alunos com Cegueira**. In: BRASIL, Ministério da Educação: Secretaria Da Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. 3. ed. Brasília: MEC, 2010. Cap. 2. p. 1-64. Organizado na Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7105&Itemid;=>>

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 425, 2006.

ZANINI, B.; FORNO, L. D. A importância da estimulação essencial do deficiente visual e o papel da família neste processo. In: IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 4., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UFSM, 2007. p. 1 - 3. Disponível em:

<<http://www.psiquiatriainfantil.com.br/congressos/uel2007/140.htm>>

ⁱ Utiliza-se a palavra vidente para se referir às pessoas que enxergam normalmente.

ⁱⁱ O Portal Periódicos CAPES pode ser acessado no seguinte endereço: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

ⁱⁱⁱ Orientação: ato de perceber-se quanto a posição do corpo e relacionamento com objetos ao redor através

dos sentidos. Mobilidade: possibilidade de se movimentar com segurança, baseado nos sentidos não visuais como a audição, o tato, o olfato (BRASIL, 2003).

^{iv} Sempre que referir-se aos casos está se fazendo menção aos 5 relatos de experiência do quadro 1, obtidos por meio da entrevista.